

# OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO SURDO NO CONTEXTO REGIONAL MATO-GROSSENSE: MODOS DE INDIVIDUAÇÃO PELA LÍNGUA

*IDENTIFICATION PROCESSES OF DEAF SUBJECTS  
IN THE MATO-GROSSENSE REGIONAL CONTEXT:  
INDIVIDUATION MODES BY LANGUAGE*

**Cíntia Débora de Moraes Cinti**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGLetras/UFMS)  
[cintia.debora@ufms.br](mailto:cintia.debora@ufms.br)

**Sandra Luzia Wrobel Straub**

Universidade do Estado de Mato Grosso (PROFEI/Unemat)  
[sandrastraub@unemat.br](mailto:sandrastraub@unemat.br)

**RESUMO:** O propósito deste artigo é apresentar uma pesquisa de Mestrado, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, que teve como objetivo compreender como se constituem os processos de identificação de quinze sujeitos Surdos,<sup>1</sup> com idade igual ou superior a dezesseis anos, residentes a mais de três anos em Sinop, Mato Grosso. Por limitações de espaço, dos quinze sujeitos entrevistados, apresentaremos apenas três deles, cujas práticas de linguagem compuseram nosso gesto de leitura segundo os modos de individuação que se marcam na/pela língua. O funcionamento da linguagem no discurso dos sujeitos Surdos, nos permitiu analisar, sob as lentes da Análise de Discurso Materialista Histórica, o processo simbólico e ideológico que intermedia a inscrição dos Surdos dentro das formações discursivas, revelando em especial, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e instâncias tais como a família, a escola, o trabalho, dentre outras, funcionam como modos de individuação destes sujeitos, permitindo-lhes assumir posições-sujeito que os constituem discursivamente no seio das formações sociais.

**Palavras-chave:** Sujeitos Surdos; Processos de identificação; Análise de Discurso.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to present a Master's research, carried out with the Postgraduate Program in Letters of the State University of Mato Grosso, which aimed to understand how the identification processes of fifteen Deaf subjects of age are constituted. sixteen years of age or older, residing for more than three years in Sinop, Mato Grosso. Due to space limitations, we will present only three of the language practices that made up our reading gesture, whose modes of individuation were marked in/by language. The functioning of language in the discourse of Deaf subjects, allowed us to analyze,

---

<sup>1</sup> O uso do termo 'Surdo' com letra maiúscula simboliza o "empoderamento, [...] respeito e reconhecimento da identidade vivenciada pelos sujeitos Surdos, seus valores linguísticos e sociais, e de todo processo histórico e cultural que os envolve." (CASTRO JÚNIOR, 2015, p. 11).

under the lens of Historical Materialist Discourse Analysis, the symbolic and ideological process that mediates the inscription of the Deaf within discursive formations, revealing, in particular, how Brazilian Sign Language (Libras) and instances such as family, school, work, among others, function as ways of individuating these subjects, allowing them to assume subject-positions that discursively constitute them within social formations.

**Keywords:** Deaf Subjects; Identification processes; Discourse Analysis.

## 1. Introdução

A relação que se marca, discursivamente, entre sujeitos e suas formas de representação no/do mundo, passam pelo crivo da linguagem. Embora tenhamos a impressão da existência de uma explicação óbvia e concreta para a realidade e nossos modos de significar, é o funcionamento da linguagem e seus mecanismos simbólicos, que intermediam a relação entre sujeitos, a língua em uso e suas condições de existência.

Por efeito da transparência da linguagem, não nos damos conta de que o modo como nos posicionamos no mundo e o entendemos, é subsidiado por gestos de interpretação que, por sua vez, não são automáticos e muito menos neutros, ou seja, aquilo que sustenta nosso dizer, ações e relações que estabelecemos, é ideologicamente determinado.

Pensando na potencialidade da linguagem para a significação dos sujeitos e suas relações, elegemos este campo de investigação como espaço de manifestação de nossas inquietações. E não haveria melhor forma de compreender a relação entre o homem e o modo que, simbolicamente se identifica, se não pela ótica da linguagem. Não foi em vão que Saussure (2006, p. 17), denominou os estudos da linguagem como “cavaleiro de diferentes domínios”, não apenas pelo fato de despertar o interesse de várias vertentes científicas, mas por estar presente em quaisquer relação simbólica.

O funcionamento da linguagem e suas formas de manifestação no dizer Surdo, nos possibilitou o acesso à relação simbólica entre língua, sujeito, história e sentidos. Por compreendermos que esta relação é subjetiva e ideologicamente determinada, elegemos a Análise de Discurso Materialista Histórica (doravante AD) para conduzir nosso olhar no empreendimento deste gesto de leitura.

Embora seja nosso desejo apresentar por completo o trajeto de sentidos que resultaram desta pesquisa, não podemos fazê-lo aqui por limitações de espaço, por isso dividimos este artigo em três seções nas quais apresentaremos alguns alicerces teóricos deste trajeto interpretativo, fundamentados nas condições de produção de nosso gesto de leitura e da discursivização do sujeito Surdo, em seguida, algumas das análises e considerações realizadas.

Compreender como são constituídos os processos de identificação destes sujeitos pelo viés da linguagem, simboliza a pluralidade de sentidos sobre sujeitos e sua inscrição no mundo.

## **2. As condições de produção de nosso gesto de leitura**

Condições de produção é uma noção teórica que, sob a perspectiva da AD Materialista Histórica, pode ser entendida como aquilo que subsidia, materialmente, a produção discursiva, relacionando sujeito e situação, tanto em contexto imediato, quanto sócio e historicamente constituído.

Ao apresentarmos uma pesquisa que trata sobre processos de identificação de sujeitos Surdos, é fundamental retratarmos tanto as condições de produção do dizer dos participantes, quanto da pesquisadora, pois a partir das regras de projeção da língua que possibilitam ao sujeito “passar da situação (empírica) para a posição (discursiva) [...] as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário” (ORLANDI, 2009, p. 40).

### **2.1. Da relação entre pesquisadora e participantes**

A assunção da posição-sujeito, Tradutora Intérprete de Libras, permitiu à pesquisadora observar que as representações que alguns Surdos faziam sobre a língua e pela língua, fosse ela a Libras ou a Língua Portuguesa, eram fundamentais para a materialização verbal ou não verbal do seu imaginário sobre si e sobre os outros, mantendo-as como verdades absolutas e inquestionáveis, isso ocorre porque a língua e seu funcionamento é proveniente da coletividade e não exclusivamente do sujeito, conforme explica Ghiraldelo (2011),

As representações de uma língua fazem parte do imaginário [...] do sujeito, imaginário que não é exclusivamente particular, mas construído por um coletivo. Isso quer dizer que quando um sujeito materializa verbalmente uma representação para uma determinada língua, tal representação não é exclusiva dele, embora a forma que a verbaliza – um acontecimento no sentido de Pêcheux (1990/1988) – possa o ser. (GHIRALDELO, 2011, p. 102).

O sujeito é atravessado pelos sentidos de outros discursos, proferidos em outro momento da história e inscritos em seu discurso sem que ele o perceba, ou seja, o sujeito acaba reproduzindo os sentidos de outros dizeres que associam aos seus próprios, de modo inconsciente. De acordo com Orlandi (2015, p. 21), “para que uma palavra tenha sentido é preciso que ela já faça sentido (efeito do já-dito, do interdiscurso, do Outro)”. O sujeito é afetado pela ação da ideologia, por isso, não é capaz de perceber seu assujeitamento a ela, causando “a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo o dizer”. Assim, os sentidos que constituem a memória discursiva (interdiscurso) continuam ecoando no imaginário do sujeito afetado por ela.

Durante o contato entre pesquisadora e participantes Surdos, em contexto informal, os sentidos que cristalizaram projeções imaginárias sobre a pessoa surda continuavam ecoando no dizer e significando a memória discursiva, trazendo à tona efeitos de sentidos associados a estigmas que se constituíram na historicidade, ocasionando uma fronteira entre

**pessoa surda** (situação empírica) e **sujeito Surdo** (posição discursiva). “Esta fronteira entre os dois espaços é [...] mais difícil de determinar na medida em que existe toda uma zona intermediária de processos discursivos (derivando do jurídico, do administrativo e das convenções da vida cotidiana que oscilam em torno dela.” (PÊCHEUX, 2008, p. 52, grifo nosso).

A dificuldade de determinação desta fronteira, da qual menciona Pêcheux, a partir de um gesto de leitura que se detinha, até então, na informalidade, foi uma das motivações do desenvolvimento de uma pesquisa, na amplitude de um Mestrado, a fim de que pudéssemos compreender como ocorreu o processo de identificação destes sujeitos, seus modos de individuação (ou individualização) e principalmente como ocorria e se ocorria o deslocamento desta fronteira entre situação empírica e discursiva e conseqüentemente a inscrição em novas posições-sujeito.

Para constituição de nosso gesto de leitura, entender os modos de individuação que intermediam os processos de identificação dos sujeitos Surdos é fundamental. A individuação é o modo como o sujeito estabelece relação política com a sociedade. O sujeito individuado se sente parte da formação social no qual se inscreve, assumindo uma posição discursiva dentro dela, ou seja, a individuação é premissa para os processos de identificação, conforme explica Orlandi (2011),

[...] há em todo sujeito uma necessidade de laço social que sempre estará presente ainda que ele viva em situação absolutamente desfavorável. Ao individuar-se, ao mesmo tempo identifica-se e se projeta em uma posição-sujeito, na sociedade, representando-se como parte do grupo a que ‘pertence’ [...] podemos afirmar que se pode aí reconhecer – pensando a relação desse sujeito assim individuado, com o corpo político, de que recebe por este mesmo fato sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade – a forma da pessoa pública, que corresponde a uma forma de individuação: o sentimento de ser Um, no todo da sociedade. É o modo de individuação em relação à sociedade em geral, de que resulta o ‘eu comum’. (ORLANDI, 2011, p. 22-23).

Conforme pontuamos anteriormente, apresentaremos apenas alguns pontos da pesquisa para reflexão, por questões de espaço. Diante disto, elegemos o modo de individuação pela língua, tendo em vista que para a AD “a língua não é compreendida apenas em sua forma estrutural, mas em sua relação com os fatos da linguagem, com o acontecimento, no qual o indivíduo passa a ser sujeito, assumindo novas posições por ação do simbólico e da história que o afeta” (CINTI, 2019, p. 18).

## **2.2. Das práticas de linguagem dos sujeitos Surdos**

As línguas de sinais foram historicamente marcadas por concepções divergentes quanto ao reconhecimento de seu *status* linguístico, sua função no processo comunicativo, sua eficácia quanto ao desenvolvimento intelectual dos sujeitos surdos, quanto ao seu potencial de expressividade na sistematização de informações, quanto a sua aplicabilidade no processo educacional dos surdos, dentre outras questões. Tais divergências não se

encerram apenas ao contexto sociocultural em que decorriam, mas no modo com que o Surdo era significado no imaginário social, em diferentes momentos da história, ou seja, nas condições de produção de seu discurso.

No final do século V a.C., os filósofos gregos, no intuito de compreender a relação entre a linguagem e a realidade, “se perguntavam se a conexão entre as palavras e aquilo que denotavam provinha da natureza, [...] ou era imposta pela convenção”. (WEEDWOOD, 2002, p. 25), assim a língua(gem) era concebida “como fonte de conhecimento, [ou] como [...] meio de comunicação” (*Ibid*, p. 24, grifo nosso).

Nesta época, o ideal de perfeição comunicado pelos gregos e mais tarde pelos romanos, não colocava em pauta, a princípio, a forma com que os surdos se comunicavam, mas sim, aquilo que os estigmatizava, “os recém nascidos que apresentavam imperfeições evidentes, eram sacrificados, [...] não acreditavam que os surdos fossem capazes de receber educação, eram considerados ‘imperfeitos’, [...] eram marginalizados e excluídos da sociedade”. (STROBEL, 2008, p. 24). Apenas em 360 a.c, o filósofo Sócrates considerou ser “lógico e aceitável os surdos comuniquem-se, naturalmente, usando as mãos, a cabeça e outras partes do corpo, por estarem privados da audição.” (CARVALHO, 2007, p. 10).

Santo Agostinho (354-430 d.c) acreditava que os Surdos tivessem sabedoria e que poderiam demonstrá-la, mesmo que por meio de gestos, garantindo-lhes de algum modo a salvação, tirando da subalternidade a interação que se constituía em um suposto e aparente silêncio. “Santo Agostinho, em suas *Confissões*, fala do silêncio quando se refere a sua estada em Óstia com sua mãe. Os místicos, os cristãos, os neoplatônicos, os persas, os hindus, os árabes, os Judeus na Idade Média fizeram largo uso do silêncio como meio de encontrar Deus.” (ORLANDI, 2007, p. 62, grifo da autora).

Não é em vão que a discursividade do funcionamento de uma língua silenciosa continue ecoando na memória social na contemporaneidade. Os efeitos de sentido da crença de que os surdos são mudos e que se comuniquem por mímicas, por mais desestabilizados que estejam, ainda permanecem em funcionamento, isto se justifica pela forte influência dos aparelhos ideológicos do Estado, que buscam assegurar “a sujeição à ideologia dominante”. (ALTHUSSER, 1980, p. 22).

Na Idade Média, a igreja, como um desses aparelhos ideológicos, detinha forte influência sob as tomadas de decisões da sociedade. Sua autoridade era ascendente sobre os surdos, pois determinava muitos de seus direitos. Até o século XII, a igreja não autorizava que eles se casassem por não poderem proferir, por meio de uma língua oral, os sacramentos. Até que, durante uma oração, o Arcebispo John de Beverley, foi interrompido por um Surdo que fazia uso da língua oral, provocando-lhe interesse sobre a hipótese de que outros surdos também pudessem fazê-lo. Sob esta motivação, começou a ensinar-lhe, em segredo, a ler e escrever e quando já havia aprendido a orar o ‘Pai-nosso’ permitiu que seu aluno participasse de uma missa em um domingo, “em frente aos presentes, o Arcebispo benzeu-lhe a língua e o rapaz começou a dizer a oração que tinha aprendido. Todos acharam um milagre.” (CARVALHO, 2007, p. 14).

Neste momento, ocorre uma (re)significação dos sujeitos surdos. A instituição que antes os concebia como fruto do pecado de seus pais, suprimindo as possibilidades de cura e

salvação em detrimento da suposta impossibilidade de comunicação, acaba por motivar, ainda que modestamente, a interação entre surdos e não surdos ao tornar público a potencialidade de os surdos fazerem uso de uma língua, ainda que esta, fosse de natureza oral.

No século XVI, momento de latência da tradição de estudos nas ciências naturais, o filósofo, médico e matemático italiano Girolamo Cardano (1501-1576) é surpreendido com a chegada de um filho surdo. Preocupado com sua educação, Cardano se empenhou em ensiná-lo a ler e escrever, sem que tivesse que estimulá-lo a falar. O prestígio de Cardano frente à suas ‘descobertas’, motivaram outros matemáticos, dogmáticos, médicos a pensar sobre a possibilidade de educar os Surdos. No início da Idade Moderna, um dos grandes destaques foi Ponce de Leon, conforme relata Carvalho (2013),

Ponce de León, um monge beneditino espanhol cujo trabalho serviu de base aos futuros educadores de surdos. No entanto, o objetivo de educar os surdos não era exatamente a preocupação com a pessoa surda, pois motivos econômicos se escondiam por trás desta iniciativa. Os alunos surdos de Ponce de León eram todos pertencentes à nobreza que queriam que seus filhos surdos conseguissem falar. Nesta época, uma pessoa que não conseguisse falar não tinha quaisquer direitos perante a lei e, desta forma, as famílias que tinham como filho primogênito um surdo, com receio de perderem os seus bens enviavam-no para Ponce de León, para aprender a falar. [...] Ponce de León desenvolveu um alfabeto manual que ajudava os surdos a soletrar palavras. Ensinava-os, também, a ler, escrever e rezar. O grande contributo de Ponce de León foi contrariar a tese de Aristóteles, de que os surdos eram incapazes de aprender. (CARVAHO, 2013, p. 15).

O ensino da fala aos surdos detinha a atenção daqueles que se propunham a ensiná-los, não apenas pelo prestígio social que lhes causaria, mas por vislumbrar os benefícios ao atender os interesses das famílias nobres que almejavam que seus filhos surdos tivessem direito à herança, mas para isso era necessário que soubessem falar. No entanto, os resultados suscetíveis, em relação à fala, eram percebidos naqueles que possuíam resíduos auditivos, enquanto que para os “duros de ouvido, como eram denominados os surdos profundos, o trabalho tinha como foco a escrita.” (ROCHA, 2007, p. 15).

Muitos se propuseram, desde então, a desenvolver métodos de ensino aos surdos que se pautassem no estímulo da fala, no uso de gestos e mais tarde no uso de sinais. Dentre eles, podemos destacar o método gestual desenvolvido pelo médico John Bulwer (1614-1684), o qual acreditava que os gestos fossem desenvolvidos de forma natural pelos surdos, defendia que tivessem um espaço apropriado para sistematização e interação gestual entre seus pares. Bulwer publicou, em 1644, o livro **Chirologia**, ou a **linguagem natural das mãos**, conquistando prestígio entre os ingleses por observar o uso das mãos, as expressões e os sentimentos na interação, associando-os à linguagem natural dos surdos. (PEREIRA, 2010).

Esta consideração fez com que Charles Michel de L’Epée (1712 – 1789), começasse a ensinar a língua, considerada até então, gestual aos surdos, pautada na estrutura gramatical do Francês, após registrar 1776 “**sinais metódicos** [...] usados até 1830.” (CARVALHO,

2007, p. 24), dando origem à base linguística sob a qual se pautaria as línguas de sinais utilizadas mais tarde, em diversos países do mundo, inclusive no Brasil.

Uma proposta que traria grande impacto para a vida dos surdos foi o **método oral**, proposto inicialmente por John Wallis, em 1698, na Inglaterra, a princípio, associando o exercício fonológico a gestos. No entanto, a crença de que “o método Oral puro deveria ser preferido, porque o uso simultâneo de Sinais e fala teria a desvantagem de prejudicar a [...] língua oral falada e a precisão de idéias” (CAMPELLO, 2007, p. 120), traria sérias consequências para a vidas dos surdos, tanto pela privação de uso de uma língua sinalizada, durante muitos anos, quanto pela concepção clínica de que os localizava como sujeitos patológicos e, portanto, passíveis de cura por meio da fala.

O **Oralismo**, conforme ficou conhecido, culminou com o Congresso de Milão, em 1880, simbolizando a interdição de uso das línguas de sinais por cerca de cem anos. Embora ela continuasse sendo usada secretamente, conforme existem relatos, esse período ficou marcado como “um momento obscuro na história dos surdos” (FIGUEIRA, 2011, p. 326), pois na votação sobre qual método de ensino e de comunicação dos surdos seria mais adequado para uso, a participação dos professores surdos foi excluída, ou seja, eles não puderam participar de uma decisão, sob a qual, seriam diretamente afetados, desconsiderando não apenas a potencialidade de decisão dos surdos, mas também suas características culturais e linguísticas. (ALBRES; OLIVEIRA, 2013).

Em 1960, Willian C. Stokoe, ao comparar a língua inglesa a uma língua na modalidade visual-espacial, a *American Sign Language* (ASL), “comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 30), impulsionando o desenvolvimento de pesquisas sobre as línguas sinalizadas, pois não bastava afirmar que esta língua era dotada de propriedades linguísticas, era necessário desmistificar e justificar a “ausência de elementos de ligações (tais como preposições e conjunções), [...] expressividade diferente das línguas orais, [a incorporação] de elementos na estrutura dos sinais através de relações espaciais, estabelecidas pelo movimento ou outros recursos linguísticos” (Ibid, p. 35, grifo nosso).

Sob estas condições de produção, sujeitos e sentidos foram sendo constituídos a partir das leituras que se fizeram sobre língua e os seus sinalizantes. Entendemos a importância de se visualizar os acontecimentos que antecederam o dizer dos participantes da pesquisa, já que os efeitos de sentido destas perspectivas continuam marcados discursivamente na memória social. Assim, é “fundamental que o analista evidencie em quais condições de produção tais discursos foram produzidos, uma vez que se evidenciam em diferentes situações de linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 61).

### **3. Análise dos processos de identificação sustentados pelos modos de individuação pela língua**

AAD não reconhece a identidade como algo estabelecido, cujo sentido se estabiliza, mas observa os processos sob os quais se constituem sujeitos e sentidos, assim, “um ponto não pode ser visto sem o outro: o indivíduo, a interpelação, a forma sujeito histórica, o

Estado, a formação social, o processo de individuação, a identificação na relação com a formação discursiva, a posição-sujeito e a formação social.” (ORLANDI, 2010, p. 41).

A análise dos processos de identificação nos dá acesso ao modo como o sujeito é simbolicamente significado por meio da linguagem. Neste processo, o sentimento de autonomia do sujeito individuado é potencializado pelos efeitos da ideologia, não permitindo que o sujeito perceba seu assujeitamento à língua e à própria ideologia. Tais efeitos, fazem com que se assumam uma posição discursiva dentro da formação social em que se está inserido, sentindo-se parte dela, por isso “não falamos em identidade em si, mas em processos de identificação em que se constituem as identidades.” (ORLANDI, 2011, p. 11).

Como percebemos, a língua, além de ser palco de manifestação de ideologias e conseqüentemente de relações de força e poder, também é espaço de constituição de sentidos sobre aqueles que a utilizam. Diante disto, selecionamos, para nossas reflexões, os processos de identificação de três sujeitos Surdos cujos modos de individuação ocorrem pela língua e por meio dela. Na tabela a seguir, apresentamos algumas informações sobre eles,

Código do participante	Gênero	Idade	Surdez	Tempo de residência em Sinop, MT.
E1	masculino	Vinte e quatro	Pré-lingual	Quatro anos
E2	Feminino	Trinta e um	Pós-lingual	Cinco anos
E3	masculino	Vinte e sete	Pré-lingual	Dezesseis anos

**Tabela 1: Informações sobre os participantes da pesquisa.**

Como instrumento de coleta de dados e mecanismo de acesso às narrativas destes sujeitos, optou-se pela realização de entrevistas com roteiro de perguntas semiestruturadas, para que houvesse liberdade de manifestação da subjetividade nos posicionamentos dos sujeitos Surdos, o que favoreceu as análises destas narrativas durante a composição de nosso dispositivo teórico. O gesto de leitura se constituiu a partir das noções teóricas da Análise de Discurso Materialista Histórica, sob a qual os efeitos de sentido das práticas de linguagem resultam da relação entre língua, história, memória e sujeitos.

Sob esta perspectiva teórica, os enunciados movimentam efeitos de sentido que se diferem e se alteram em cada formulação. Assim, “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

Os três participantes iniciam suas narrativas, apresentando-se por meio de seu sinal, simbolizando um batismo dentro da cultura surda, conforme explica Campello (2008),

Um batizado cultural da comunidade Surda para identificar os sujeitos Surdos. Algo que se assemelha com o nome próprio para não-surdos. É um dos artefatos culturais da comunidade Surda que caracteriza a particularidade de identificação dos sujeitos Surdos, por ex: uma cicatriz,

cabelos curtos e longos; os cílios dos olhos, as sardas, as pintas pretas ou marrons nos membros do corpo, bochechas, as primeiras letras do nome. (CAMPELLO, 2008, p.37).

Mais do que uma marca cultural, o sinal de batismo simboliza, discursivamente, a inscrição do sujeito na formação discursiva com a qual, ideologicamente, se identifica e é identificado pelos membros da comunidade surda, fazendo com que ele assuma novas posições-sujeito dentro da formação social, assim, esta marca não se limita aos aspectos culturais, mas se constitui como efeito de sentidos da historicidade do Surdo, onde “o enunciado não é o que emerge numa situação específica, mas se define por sua historicidade (social). Ao conseguir esta historicidade, [...] a identidade do enunciado não é a do acontecimento material” (GUIMARÃES, 1989, p. 76).

A historicidade interfere diretamente nos processos de significação do sujeito pois os relaciona ao acontecimento discursivo, destituindo-os da literalidade do texto “a ilusão de que o ‘seu’ sentido só pode ser aquele é justamente sua negação. Nega-se a historicidade ao sentido e nega-se a história ao sujeito.” (ORLANDI, 2007, p. 89). Deste modo, ao narrar sua história material, E1 nos possibilita acesso à historicidade, sob a qual, língua, ideologia, sujeitos e sentidos se relacionam,

SD 1<sup>2</sup>: Com aproximadamente seis anos de idade, eu comecei a perceber as representações por meio dos sinais e fui me apropriando da língua por causa de minha família de surdos e fui evoluindo na aquisição de minha primeira língua, que é Libras, **apropriada aos surdos**, comecei a estudar também a segunda língua do ensino fundamental ao médio, me formei aos dezessete anos e aos dezoito, comecei a trabalhar.

Embora saibamos que a Libras é uma língua cuja modalidade atenda as características visuais em que se estrutura a cultura surda, não se pode afirmar a existência de uma língua “**apropriada aos surdos**”, conforme denota E1, tendo em vista o que afirma Orlandi (2014, p. 155), que “para ser sujeito ‘de’, o indivíduo é sujeito ‘a’ (língua e ideologia)”, ou seja, não se pode selecionar qual será a língua materna a qual se vinculará, pois já se nasce assujeitado a uma língua. No caso de E1, esse assujeitamento se deu sob o uso da Libras, pois os pais e irmãos Surdos já faziam uso desta língua quando E1 nasceu. Deste modo, a Libras foi herdada por E1, o que justifica os sentidos da formulação “**apropriada aos surdos**”, indicando o funcionamento da ideologia.

O cuidado e rigor com que os aspectos linguísticos eram tratados, durante a realização dos sinais, além da naturalidade, por se tratar de uma ‘língua de herança<sup>3</sup>’, fez com que E1 assumisse, discursivamente, a posição-sujeito professor, ao perceber que poderia, por meio da língua, ressignificar sua relação com sujeitos não surdos e ter reconhecimento social por sua fluência na língua materna, conforme afirma na SD2,

**SD2: Com o passar do tempo eu fui me aproximando mais dos ouvintes**, estávamos sempre juntos, brincávamos, nos aventurávamos,

---

2 SD é a sigla utilizada para ‘Sequência Discursiva’.

3 Ver detalhes em: QUADROS, R. M. de. **Língua de herança**: língua brasileira de sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.

passávamos e eu os ensinava... tinha uma pessoa muito boa, ouvinte, que tinha muita curiosidade sobre os surdos, **ele sempre me perguntava sobre o significado dos sinais e isso me deixava muito contente, porque tudo que eu ensinava ele se apropriava muito rápido, com muita vontade**, então ele foi aprendendo sinais e mais sinais, até que já conseguia sinalizar e começou a avisar outros ouvintes, **então eles queriam conhecer quem era aquele surdo tão fluente**, eu aceitei visitá-los, nós ficamos muito unidos, havia muita interação, fazíamos brincadeiras, eu ficava muito animado e o grupo de usuários da Libras foi se expandindo.

A relação que se marca através da língua e conseqüentemente o individualiza, associa E1 ao outro (sujeito) e ao Outro (ideologia), por meio da alteridade e da diferença. Esta relação é tratada por Pêcheux (1997, p. 313), ao se referir ao funcionamento das “máquinas discursivas”

A existência do outro está, pois, subordinada ao primado do mesmo: - o outro da alteridade discursiva “empírica” é reduzido seja ao mesmo, seja ao resíduo, pois ele é o fundamento combinatório da identidade de um mesmo processo discursivo; - o outro alteridade “estrutural” só é de fato, uma diferença incomensurável entre “máquinas” (cada uma idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma), quer dizer, uma diferença entre mesmos. (PÊCHEUX, 1997, p. 313).

O prestígio que legitima o uso da Libras entre E1 e seus pares, ameniza as relações fronteiriças entre Surdos e não surdos significadas no decorrer da história, proporcionando novas formas de representação entre sujeitos e sentidos. Essas projeções imaginárias que passam a se constituir causam a impressão de que não há “espaço para as diferenças, para o sujeito dito diferente em uma sociedade da segregação”, conforme trata Costa (2014, p. 104), pois se há uma homogeneidade de sentidos que idealiza o sujeito, suas diferenças, ainda que potencializadas pelos aspectos culturais, sociais ou linguísticos, acabam sendo reconfigurados a partir de padrões convencionados pelos grupos sociais.

O sentimento de autonomia e de unicidade do sujeito, no caso de E1 em decorrência da fluência na Libras, é resultado do modo de individuação, uma vez que “o sujeito individuado [...] se inscreve em uma ou outra formação discursiva, identificando-se com este ou aquele sentido, constituindo-se em uma ou outra posição sujeito na formação social (patrão, empregado, traficante, aluno etc)” (ORLANDI, 2014, p. 155, grifo nosso).

A posição-sujeito professor, assumida por E1, lhe confere segurança, legitimidade, o localiza pela suposta autonomia discursiva, conferida pelos efeitos de transparência da linguagem, ainda que, ideologicamente determinada.

A unicidade de sentidos quanto sua determinação, também é percebida na formulação de E2,

SD3: **a Libras fluiu de dentro de mim**, não precisei perguntar: ‘que sinal é este? Não. Eu fiquei pensando como sinalizar e ela fluiu, eu tive contato, mas **eu não percebia que tinha pronta, dentro de mim, uma**

**identidade, uma cultura.** Eu não percebia, mas tinha pronta dentro de mim, tinha.

O funcionamento da ideologia se revela na formulação de E2 ao afirmar “**eu não percebia que tinha pronta, dentro de mim, uma identidade**” aparentando que a identidade já possui seus sentidos estabelecidos, quando na verdade se trata de processos de identificação sob os quais as posições-sujeito se constituem continuamente.

Nesse processo, a língua que aparenta fluir naturalmente por estar em um lugar do qual não se tinha acesso, não se reconhecia como sinalizante desta língua, ao dizer “**a Libras fluiu de dentro de mim**” se faz condição de discursividades, de constituição de sentidos, indicando que “é necessário que este sujeito não só saiba a língua, mas saiba que a sabe” (ORLANDI, 2014, p. 160), ou seja, que se reconheça em seu uso e embora se tenha ciência de que a língua se constitui na coletividade, os sentidos que a configuram imaginariamente é intermediada pelo simbólico e pela relação política sobre a qual a língua é projetada no imaginário social, prestigiando-a ou não, assim como os sujeitos que a utilizam.

A rápida aquisição de uma língua, ainda que não fosse a ‘língua institucionalizada’<sup>4</sup>, se vincula aos sentidos de competência linguística, materializados discursivamente pelo Estado, tendo como efeito de sentido o desvincular da imposição da aprendizagem de uma língua de tradição oral e associando-a à uma língua que aparenta ser adquirida instantaneamente pelas características que condizem com a cultura visual. Tais efeitos de sentido, sustentados pelo modo de individuação pela língua, permitem que E2, ideologicamente, se reconheça como membro desta cultura, assumindo a posição- sujeito Surda.

O modo de individuação pela língua também sustenta os processos de identificação de E3 ao formular,

SD4: Quando eu tinha onze anos, minha mãe passou no concurso aqui em Sinop, e eu vim junto com minha mãe para cá, nos mudamos para Sinop, mas ainda no Paraná ela já tinha me avisado: “**Você sabe que lá em Sinop tem muitos surdos com amplo conhecimento, aproveita a oportunidade para conhecer os surdos**”, eu concordei, então nos mudamos. Eu tinha conhecimento raso na Libras, então encontrei com um surdo muito fluente, fiquei impressionado, era maravilhoso... Antes de mudar eu só usava a datilologia, não sabia a Libras, mas era muito rápido e o surdo não entendeu, foi uma barreira para a comunicação.

Observamos que E3 aceita se mudar para Sinop devido a possibilidade de enriquecimento linguístico a partir do contato com outros Surdos, sinalizantes da Libras. Ao reproduzir a orientação da mãe em “**você sabe que lá em Sinop tem muitos surdos com amplo conhecimento, aproveita a oportunidade para conhecer os surdos**”, eu concordei, então nos mudamos”. Os efeitos de sentido desta formulação indicam a relação entre sujeitos e sentidos marcados pela historicidade, onde Sinop, Mato Grosso se constitui pelo “discurso do progresso herdado do processo de colonização no Mato Grosso

<sup>4</sup> “língua institucionalizada é a que se pretende que seja ensinada na Escola. A língua correta. Normatizada” (ORLANDI, 2014, p. 158).

desde o século XVII foi construído sob a exploração da terra e sua ocupação. [A partir do qual] o sujeito migrante vislumbrou um cenário propício de uma vida melhor” (THOMÉ; ROHDEN, 2017, p. 320, grifo nosso).

Sinop é discursivizada como ‘terra de oportunidade’ entre seus moradores. Essa idealização de sentidos se associa a aspectos do trabalho, moradia, investimentos e educação, afetando o imaginário dos sujeitos, o que justifica o deslocamento de E1, E2 e E3 para Sinop.

No caso de E3, os efeitos de sentido do discurso do progresso significaram sua relação com a língua, interferindo em sua representação sobre a Libras a partir da mudança de espaço de significação em que ela é constituída, conforme a formulação: **“Eu tinha conhecimento raso na Libras, então encontrei com um surdo muito fluente, fiquei impressionado, era maravilhoso”**. A formulação **“então encontrei”** tem como efeito de sentido o fato de que a ascensão linguística e social desejada estava vinculada aquele espaço de constituição de sentidos, não se limitando ao sujeito Surdo que conheceu, mas associando-o à oportunidade de ter acesso ao nível linguístico desejado, revelando a ação da ideologia e sua individuação pela língua.

Estes sentidos são confirmados ao dizer **“antes de mudar eu só usava a datilologia, não sabia a Libras, mas era muito rápido e o surdo não entendeu, foi uma barreira para a comunicação”**, ou seja, o local em que estava anteriormente, supostamente não lhe fornecia os subsídios para que atingisse o nível linguístico idealizado, ocasionando prejuízos a sua comunicação com outros Surdos.

O funcionamento da ideologia intermediada por sua individuação pela língua, inscreve-o na formação discursiva que o identifica como instrutor, função ocupada dentro da formação social naquele momento, possibilitando a outros Surdos terem acesso ao nível linguístico que ele, ideologicamente, idealizou, permitindo que assumisse a posição-sujeito instrutor Surdo.

#### **4. Algumas considerações**

A realização deste gesto de leitura nos possibilitou recordar os processos de identificação de sujeitos Surdos, a partir da perspectiva da Análise de Discurso Materialista Histórica, cujo modo de individuação se constituiu pela língua e por meio dela. Ao apresentar a análise destes processos compreendemos o modo com que o sujeito é ideologicamente inscrito na formação discursiva dominante e como a língua sustenta sua inscrição no seio da formação social na qual é vinculado, permitindo que este sujeito assumira novas posições-sujeito.

Entendemos que a promoção de gestos de leitura sobre grupos supostamente minoritários, funciona, pelo mecanismo da linguagem, como possibilidade de desconstrução de sentidos estabilizados sobre estes sujeitos e construção de novos modos de significá-los.

## 5. Referências bibliográficas

ALBRES, Neiva de Aquino; OLIVEIRA, Sonia Regina Nascimento de. Concepções de língua(gem) e seus efeitos nas conquistas políticas e educacionais das comunidades surdas no Brasil. In: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan. (Org.). **Libras em estudo: política linguística**. São Paulo: FENEIS, 2013. p. 39-66.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

CASTRO JÚNIOR, Glaucio de. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito Surdo. In: ALMEIDA, Wolney Gomes. (Org.). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus: Editus, 2015. p. 11-26.

CAMPELLO, Ana Regina S. Pedagogia visual: sinal na educação dos surdos. In: QUADROS, Ronice M; PERLIN, Gladis. (Org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 100-131.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARVALHO, Paulo Vaz de. **Breve história dos surdos no mundo**. Lisboa: Surd'Universo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A herança do Abade de L'Épée na viragem do século XVIII para o século XIX**. Lisboa: Thefactory, 2013.

CINTI, Cíntia D. M. **Uma análise do processo de construção da identidade da pessoa surda**. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2019.

COSTA, Greciely Cristina da. Discursividades de inclusão e a manutenção da exclusão. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; FERREIRA, Eliana Lucia. **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. p. 89-135.

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. **Material de apoio para o aprendizado de LIBRAS**. São Paulo: Phorte, 2011.

GHIRALDELO, Claudete Moreno. Representações de línguas estrangeiras (e materna) por sujeitos com baixa escolarização. In: CAVALLARI, Juliana Santana; UYENO, Elzira Yoko. **Bilinguismo: Subjetivação e identificação nas/pelas línguas maternas e estrangeiras**. 9.v. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 101-126.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p. 71-79.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: O caso da delinquência. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas: Editora RG, 2010.

\_\_\_\_\_. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalegrense. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no Sul de Minas**. Campinas: Editora RG, 2011.

\_\_\_\_\_. Formação ou capacitação?: duas formas de ligar sociedade e conhecimento. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; FERREIRA, Eliana Lucia. **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. p. 141-186.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso. In: \_\_\_\_\_.; LAGAZZI, SuzyRodrigues. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 13-35.

PECHÊUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pechêux**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. Cap. 7.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes editores, 2008.

PEREIRA, Ana Cristina Carvalho. **Os gestos das mãos e a referenciação: investigação de processos cognitivos na produção oral**. 2010. 151 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROCHA, Solange. **O INES e a educação de surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. Rio de Janeiro: INES, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TOMÉ, Cristinne Leus; ROHDEN, Josiane Brolo. O Discurso do progresso e a educação na história de Sinop - Mato Grosso: “como é bom alargar fronteiras de nossa pátria!” 1 Verso do poema escrito pelo Colonizador Enio Pipino publicado em 1979. . **História da Educação** [online]. 2017, v. 21, n. 52 [Acessado 1 Novembro 2021] , pp. 312-334. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/67292>>. ISSN 2236-3459. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/67292>.

WEEDWOOD, Bárbara. A tradição ocidental até 1900. In: WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da linguística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo, Parábola, 2002. p. 21-101.